

EXAMINANDO A FORÇA REGIONAL DA COMUNIDADE DA ÁFRICA ORIENTAL NO KIVU: OUTRO CASO DE TESTE DE “SOLUÇÕES AFRICANAS PARA PROBLEMAS AFRICANOS”

Jean-Marie Kasonga Mbombo¹



Introdução

A integração regional tem como premissa o princípio da subsidiariedade consagrado na Carta da Organização das Nações Unidas, que dá poderes aos órgãos regionais para resolver conflitos em suas jurisdições (Capítulo 8, Artigo 52). Ela implica a cooperação entre os Estados que compartilham uma proximidade geográfica. Na África, essas organizações regionais incluem a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), a Comunidade Econômica dos Estados da África Central (ECCAS), o Mercado Comum da África Oriental (COMESA), a Comunidade da África Oriental (EAC) e a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), para citar apenas algumas. Entretanto, o fim da Guerra Fria testemunhou o aumento de conflitos intraestatais em todo o mundo, o que muitos analistas associaram ao cansaço dos doadores em relação aos Estados dependentes de ajuda (Thomas e Mazrui 1992; Bayart 2009; Bates 2008; Solomon 2015). Essas novas guerras da década de 1990 foram mais acentuadas em países ricos em recursos, como Libéria, Serra Leoa, Sudão, Chade e República Democrática do Congo (Kaldor 2006; Collier 2008). Como resultado, muitas comunidades econômicas estabeleceram protocolos relevantes para impulsionar a integração regional e promover a paz no continente africano: Protocolo de Paz e Segurança da ECCAS; Protocolo da CEDEAO relativo ao Mecanismo de Prevenção, Gestão, Resolução, Manutenção da Paz e Segurança

¹ Centro de Estudos Estratégicos e de Paz, Universidade de Ilorin. Ilorin, Nigéria. Email: mbombo.kas@unilorin.edu.ng. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3947-070X>.

de Conflitos (1999); Protocolo da SADC sobre Política, Defesa e Segurança (2001); Protocolo da EAC sobre Paz e Segurança (2013).

A Comunidade da África Oriental (EAC) é de especial interesse para este artigo. Os líderes dos países recém-independentes Quênia, Uganda e Tanzânia se reuniram pela primeira vez em Kampala e concordaram em reviver o então protetorado britânico com a criação da EAC em 6 de junho de 1967. Dez anos depois, no entanto, essa nobre iniciativa entrou em colapso por vários motivos e, no final da Guerra Fria, o trio de Estados a revitalizou com a ratificação de seu Tratado em 30 de novembro de 1993. No ano seguinte, a Região dos Grandes Lagos da África (GLR) mergulhou no caos como resultado do genocídio em Ruanda. Muitos sobreviventes da saga Tutsi/Hutu buscaram refúgio nos países vizinhos. Em particular, o influxo de refugiados hutus no leste da República Democrática do Congo (RDC) e a consequente caçada humana da Força Patriótica Ruandesa, liderada pelos tutsis, rapidamente transformaram os campos de refugiados em matadouros (Meredith 2006; Stearns 2011). Impulsionadas por interesses econômicos nas províncias de Kivu, ricas em minerais, as tropas invasoras de Ruanda, Burundi e Uganda enfrentaram as forças legalistas e os aliados (Angola, Namíbia e Zimbábue) no que se tornou a Guerra Mundial Africana entre 1996 e 2001, deixando para trás uma miríade de grupos armados para alimentar a economia de guerra e aterrorizar a população local (Coleman 2007; Bates 2008; Prunier 2009).

Na GLR, a posição geoestratégica da República Democrática do Congo (RDC) a coloca no cruzamento das comunidades regionais. O processo de integração teve início com a criação do Banco Central para o Congo, Ruanda e Burundi em 1927 pela autoridade colonial belga, após a derrota da Alemanha na Primeira Guerra Mundial. Em 20 de setembro de 1976, em Gisenyi (Ruanda), a tripartite renomeou esse projeto colonial como Comunidade Econômica dos Países dos Grandes Lagos (ECGLC). Em 1983, a RDC tornou-se membro da Comunidade Econômica dos Estados da África Central (ECCAS). Em busca de aliados fortes para lutar contra a guerra de agressão imposta por seus vizinhos do leste, ela se voltou para o sul e entrou para a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) em fevereiro de 1998. Vale ressaltar que a RDC também foi fundamental para a criação da Conferência Internacional da Região dos Grandes Lagos (ICGLR), em 2003, para encontrar soluções africanas para os conflitos armados na região, em colaboração com a Organização das Nações Unidas (ONU). A ICGLR é formada pelos países vizinhos da RDC, a saber, Angola, República do Congo, Sudão do Sul, República Centro-Africana, Uganda, Ruanda, Burundi e Tanzânia.

Após a admissão de Ruanda e Burundi na EAC em 1º de julho de 2007, a ECGLC tornou-se redundante e, como resultado, a RDC acabou se tornando um destino preferencial para a oposição armada externa que cruzava sua fronteira oriental. Observa-se que “os vizinhos Ruanda, Uganda e Burundi perseguiram seus inimigos e seus interesses econômicos na região em conflito, aproveitando-se de seus enormes recursos naturais” (Sawyer 2022, tradução nossa)². Por sua vez, Kinshasa condenou Kigali continuamente por ser o cérebro por trás da insegurança na região por meio da exploração ilegal de recursos naturais sob a mira de armas por mais de três décadas, uma alegação refutada por Kigali, mas amplamente apoiada por especialistas da ONU, bem como pelos EUA e pela UE. Repetidamente, Kigali justificou a presença das tropas ruandesas como um ataque preventivo contra a Força Democrática para a Libertação de Ruanda (FDLR), que supostamente havia encontrado um refúgio na região de Kivu desde 1994 (ICG 2020).

Enquanto isso, uma força de intervenção servindo sob a Missão da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUC), que mais tarde se tornou a Missão de Estabilização da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO), tem estado amplamente estacionada na zona de conflito (Ituri, Kivu do Norte e Kivu do Sul) desde 2001, com o mandato do Conselho de Segurança para estabilizar o país. Essa impressionante força multinacional é composta por mais de 17.000 pessoas armadas e tem um orçamento anual superior a um bilhão de dólares americanos (UN 2010). Em 2013, ela se uniu à Brigada Especial criada pela União Africana, operando sob o comando da Tanzânia, para desalojar os remanescentes do Congresso Nacional para a Defesa do Povo (CNDP). Derrotados, muitos combatentes do CNDP se retiraram para Ruanda e Uganda antes de reaparecerem em novembro de 2021 como a rebelião M23. O apelido se refere a 23 de março de 2009, um dia em que acordos secretos foram firmados entre essas forças agressoras e o governo de Kabila. De acordo com o Relatório de Mapeamento da ONU e os relatos subsequentes de trabalho de campo de vários órgãos internacionais, a proliferação de grupos armados que operam na RDC foi orquestrada especialmente por Ruanda e Uganda (UNHCR 2010).

Apesar da presença de forças multinacionais na região, especialmente da MONUSCO, os combatentes do M23 continuam a desafiar o apelo da comunidade internacional por um cessar-fogo, tomando pedaços do território e ameaçando invadir o centro comercial de Goma (van de Walle 2020; Russo

2 No original: “neighbouring Rwanda, Uganda, and Burundi pursued their enemies and their economic interests in the restive region, taking advantage of its enormous natural resources” (Sawyer, 2022)..

2022). Foi nesse contexto de crescente desconfiança entre os líderes regionais que a RDC solicitou sua adesão à Comunidade da África Oriental, aspirando a se beneficiar do Mercado Comum. Em 8 de abril de 2022, o presidente congolês Felix-Antoine Tshisekedi assinou o Tratado da EAC na State House em Nairóbi, Quênia, na presença do presidente Uhuru Kenyatta (*Chair* da EAC), do presidente de Uganda, Kaguta Yoweri Museveni, e do presidente de Ruanda, Paul Kagame. À primeira vista, a participação da RDC na EAC é outra tentativa de encontrar “soluções africanas para problemas africanos” (Figuremariam 2017, tradução nossa)³. Isso é particularmente interessante porque levanta várias questões. A integração econômica necessariamente defende a segurança coletiva? Por que o prolongado conflito armado no leste da RDC desafia as iniciativas regionais e internacionais de paz? Qual é o caminho a seguir para a pacificação da região dos Grandes Lagos na África?

Orientado pela Teoria da Dependência da Integração, este artigo tenta abordar essas questões de pesquisa adotando a abordagem de análise de conteúdo em torno do Tratado e dos Protocolos da EAC e revelando algumas forças contrárias à integração regional. A argumentação está organizada em cinco seções. Após um breve histórico sobre a perene instabilidade na Região dos Grandes Lagos da África, decorrente do genocídio de 1994 em Ruanda, o estudo adota a estrutura teórica da integração para estabelecer as bases para a análise do Tratado e do Protocolo da EAC com o objetivo de avaliar a contribuição das comunidades econômicas regionais na resolução de conflitos. Tendo como pano de fundo a busca de “soluções africanas para problemas africanos”, o estudo prossegue com uma avaliação da Força Regional da Comunidade da África Oriental na República Democrática do Congo. Os resultados do estudo são discutidos em detalhes antes de se chegar a uma modesta conclusão.

Estrutura teórica

No campo das Relações Internacionais (RI), teorias concorrentes explicam o comportamento dos atores estatais no sistema internacional. Por exemplo, o realismo enfatiza a natureza anárquica do sistema internacional em que a busca irrestrita do interesse próprio por Estados autônomos torna inevitáveis os conflitos interestatais (Bull 2012; Dune e Schmidt 2011). Por outro lado, os teóricos da integração, sob diferentes rótulos, desafiam o pressuposto realista de que os Estados belicosos são os únicos atores nas RI e pintam um quadro mais sofisticado da política global contemporânea em torno

³ No original: “*African solutions to African problems*” (Figuremariam 2017)..

dos conceitos de interdependência, cooperação, integração, funcionalismo e intergovernamentalismo, entre outros (Garza 2006). Em particular, a Integração Internacional tem como premissa a interdependência e a cooperação entre os Estados em seus esforços conjuntos para evitar uma competição insalubre que provavelmente resultará em um confronto militar. Entretanto, este estudo utiliza a teoria da dependência para destacar a disfunção da integração regional decorrente do desequilíbrio perene de poder que caracteriza a relação entre nações ricas e pobres (Munro 2023).

A teoria da dependência proposta por Raul Prebisch e seus colegas na década de 1950 explica a situação de desigualdade existente entre os países ricos e pobres, que o modelo neoclássico gerou. Nesse modelo, geralmente conhecido como economia “*trickle-down*”, os países pobres são retardatários e seus habitantes são frequentemente culpados por serem preguiçosos. Os teóricos da Dependência em RI afirmam que a interdependência econômica entre as nações é uma integração forçada projetada para beneficiar o centro em detrimento da periferia. De acordo com eles, a diferença cada vez maior entre as nações ricas e pobres não se deve ao fato de as últimas não estarem integradas ao sistema mundial, ou não estarem “totalmente” integradas, como frequentemente argumentam os economistas do livre mercado, mas sim à forma como estão integradas ao sistema (Garza 2006). Eles deveriam embarcar em programas maciços de substituição de importações e autosuficiência, interpretados como uma política de interação controlada com a economia mundial (Ferraro 2008). Como os raios individuais em um pneu de bicicleta, os países pobres convergem para o centro e o tornam forte, mas, uma vez separados da periferia, o centro se desfaz (Adedeji 2002). É por isso que qualquer tentativa das nações periféricas de resistir a essa interdependência resulta em sanções econômicas, invasão militar e controle por parte do centro (Garza 2006).

Embora não haja consenso sobre o significado da teoria da dependência, os teóricos convergem em pelo menos três argumentos principais:

1. A dependência caracteriza o sistema internacional como composto por dois conjuntos de Estados, descritos com os binários dominante/dependente, centro/periferia ou metropolitano/satélite;
2. Forças externas (corporações multinacionais, mercados internacionais de commodities, assistência estrangeira, comunicações e afins) são de importância singular para as atividades econômicas nos estados dependentes;

3. As relações entre os Estados dominantes e dependentes são dinâmicas porque as interações entre os dois conjuntos de Estados tendem não apenas a reforçar, mas também a intensificar os padrões desiguais (Ferraro 2008).

Em suma, um desequilíbrio evidente caracteriza essa dependência bidirecional entre o centro e a periferia: as nações pobres fornecem matérias-primas e mão de obra barata; servem como repositório de tecnologia ultrapassada e mantêm mercados abertos para produtos manufaturados. Os lucros desses produtos contribuem para as economias das nações ricas, permitindo que elas sustentem o padrão de vida que desfrutam atualmente. Essa teoria marxista de integração forçada continua válida enquanto o léxico dominante ainda não descartar os paradigmas divisórios de ricos e pobres, desenvolvidos e em desenvolvimento, centro e periferia, norte e sul. Isso levanta a questão de saber se a integração das nações ricas carrega as sementes da divisão entre as nações pobres. Até que ponto a política de centro e raios influencia a EAC em particular, no que diz respeito à promoção da paz e da segurança na região dos Grandes Lagos da África? Essas e outras perguntas semelhantes serão abordadas posteriormente, mas antes disso é importante estabelecer a conexão entre as comunidades econômicas e a resolução de conflitos internacionais, dando uma olhada no Tratado e no Protocolo da EAC.

Analisando o Tratado e o Protocolo da EAC

A Comunidade da África Oriental teve seu início com a construção, sob a autoridade colonial britânica, da Ferrovia Quênia-Uganda (1897-1901), o estabelecimento da Moeda da África Oriental (1905) e da União Aduaneira entre o Quênia e Uganda em 1917, entre outras coisas. O projeto de integração regional se expandiu quando a colônia alemã de Tanganica foi entregue à Grã-Bretanha após a Primeira Guerra Mundial. Como nações independentes e membros de boa-fé das Nações Unidas, Quênia, Uganda e Tanzânia promoveram a causa da cooperação econômica com a criação, em 1967, da Cooperação da África Oriental, à luz da Carta da ONU de 1945, especialmente no Capítulo 8, artigo 52. Mas, durante uma década, essa cooperação econômica sofreu um retrocesso devido à interferência política em assuntos internos dos Estados membros, especialmente a Guerra Uganda-Tanzânia, que levou à derrubada do Presidente Idi Amin em 1979 e à ascensão ao poder do senhor da guerra Yoweri Museveni em 26 de janeiro de 1986 (Meredith 2006). A diferença na economia política entre o Quênia pró-capitalista, a

Tanzânia socialista e a Uganda militarista tornou a cooperação econômica obsoleta (Muenda 2010).

Entretanto, o fim da Guerra Fria deu início a uma nova área de cooperação, começando com a assinatura do Acordo para o Estabelecimento da Comissão Tripartite Permanente para a Cooperação da África Oriental, em 30 de novembro de 1993, em Kampala. Desde então, foram registrados marcos importantes no caminho da integração regional: o lançamento do Secretariado da EAC em Arusha, Tanzânia (1996); a introdução de um documento preliminar para o estabelecimento do Tratado da EAC; e um Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Assuntos de Defesa (30 de abril de 1998). Assinado em 30 de novembro de 1999, o Tratado entrou em vigor em 7 de julho de 2000. No ano seguinte, em sua primeira cúpula, a EAC foi formalmente lançada no Estádio Sheikh Amri Abeid, em Arusha, em 15 de janeiro de 2001. No mesmo dia, foram assinados os Protocolos que definiram as Regras de Procedimento para a Cúpula de Chefes de Estado e as Regras de Procedimento para a Admissão de outros países na Comunidade da África Oriental.

A expansão da EAC se materializou com a admissão de Ruanda e Burundi em 1º de julho de 2007. Ambos aderiram à União Aduaneira cinco dias depois. Na celebração do décimo aniversário (20 de novembro de 2009), os estados parceiros da EAC assinaram um Protocolo do Mercado Comum que entrou em vigor após a ratificação por todas as partes em 1º de julho de 2010. A República do Sudão do Sul e a República Democrática do Congo aderiram oficialmente à EAC em 5 de setembro de 2016 e 8 de abril de 2022, respectivamente (EAC 2022). Visivelmente, a cooperação econômica constitui a espinha dorsal da EAC. Conforme declarado no Preâmbulo do Tratado:

Os estados-membros estão determinados a fortalecer seus laços econômicos, sociais, culturais, políticos, tecnológicos e outros para seu rápido desenvolvimento equilibrado e sustentável por meio do estabelecimento de uma Comunidade da África Oriental, com uma União Aduaneira da África Oriental e um Mercado Comum como estágios de transição e partes integrantes, posteriormente uma União Monetária e, por fim, uma Federação Política (EAC 2006, n.p., tradução nossa)⁴.

⁴ No original: “Member states are determined to strengthen their economic, social, cultural, political, technological and other ties for their fast balanced and sustainable development by the establishment of an East African Community, with an East African Customs Union and a Common Market as transitional stages to and integral parts thereof, subsequently a Monetary Union and ultimately a Political Federation” (EAC 2006, n.p.).

Dividido em 29 capítulos e 153 artigos, o Tratado de 2001, cuja duração é perpétua (artigo 144), tem como objetivo promover a cooperação regional em todas as áreas de interesse comum, incluindo: Liberalização do Comércio; Investimento e Desenvolvimento Industrial; Cooperação Monetária e Financeira; Infraestrutura e Serviços; Recursos Humanos, Ciência e Tecnologia; Livre Circulação de Pessoas, Mão de Obra, Serviços, Direitos de Estabelecimento e Residência; Agricultura e Segurança Alimentar, Meio Ambiente e Recursos Naturais; Saúde, Atividades Sociais e Culturais; e Assuntos Políticos. De interesse especial neste estudo é a cláusula de consenso contida no processo de tomada de decisão, seja no Conselho de Ministros ou na Cúpula de Chefes de Estado e de Governo (Artigos 12.3 e 15.4). Isso significa que as decisões importantes devem ser tomadas por unanimidade de votos, em vez de voto majoritário ou decisão de um grupo selecionado de pessoas.

No que diz respeito à cooperação em Assuntos Políticos, a adoção de políticas externas e de segurança comuns (art. 123.2) sugere que a implementação da segurança coletiva na EAC tem a vocação de se tornar uma Federação Política. Entretanto, devido a alguns interesses particulares entre os membros da comunidade, pode ser complicado chegar a um consenso com relação à retirada, suspensão e expulsão de um membro (art. 145, 146, 147), mesmo que as opiniões das partes penalizadas não sejam consideradas durante a deliberação (art. 148). O que também é problemático nesse capítulo de cooperação política é a falta de um mecanismo de aplicação por meio do qual os estados parceiros abram mão de algumas prerrogativas (soberania) para a obtenção de uma Federação verdadeiramente política.

Também é importante vislumbrar o Protocolo sobre Paz e Segurança, que os Ministros dos Estados Parceiros assinaram em 15 de fevereiro de 2013, em Dar es Salaam, na Tanzânia (EAC 2013). Em seu preâmbulo, a paz, a segurança e as relações políticas sólidas são explicitadas e constituem os alicerces da cooperação regional, que é a palavra de ordem que permeia o Protocolo de 2013 em várias áreas de interesse comum, inclusive:

- (a) prevenção, gerenciamento e resolução de conflitos (art. 4);
- (b) prevenção de genocídio (art. 5);
- (c) combate ao terrorismo (art. 6);
- (e) operações de apoio à paz (art. 8);
- (g) gerenciamento de refugiados (art. 10);
- (h) controle da proliferação de armas pequenas e leves ilícitas (art. 11);

(i) combate aos crimes transnacionais e transfronteiriços, incluindo tráfico de drogas e de pessoas, migração ilegal, lavagem de dinheiro, crimes cibernéticos e roubo de veículos automotores (art. 12).

Embora o Protocolo preveja a cooperação sempre que um Estado Parceiro for vítima de agressão externa (art. 3), tal pacote de intervenção colide com os princípios de respeito à integridade territorial, soberania e não interferência nos assuntos internos dos Estados Parceiros legados pela Carta da ONU e pelo Ato Constitutivo da UA. Em 2017, de acordo com o Presidente do Conselho de Ministros da EAC, nem todos os Estados Parceiros ratificaram o Protocolo. Consequentemente, a Comunidade registra um atraso na criação do Conselho de Segurança da EAC, da Força de Reserva, do Painel de Sábios e das capacidades e estruturas institucionais relacionadas. Mais importante ainda, a questão sobre o que deve ser feito em caso de não conformidade com o Protocolo acordado por qualquer Estado parceiro não está claramente definida. Em resumo, tanto o Tratado quanto os Protocolos da EAC carecem de mecanismos internos de aplicação para lidar com os inadimplentes, especialmente no que diz respeito à resolução de conflitos dentro da Comunidade. Na próxima seção, vale a pena analisar a adesão da República Democrática do Congo à EAC para entender a desconexão entre a integração econômica e a segurança coletiva.

República Democrática do Congo na EAC: mais um falso começo?

A estabilidade da RDC continua frágil, apesar da adesão do país a várias comunidades regionais. Em particular, o eterno conflito armado na parte oriental do país constitui um espinho na carne da GLR. A ratificação do Tratado da EAC em Nairóbi, Quênia, pelo Presidente F.A. Tshisekedi em 2021 marcou um passo na direção de encontrar soluções duradouras para os problemas de segurança, além dos ganhos econômicos decorrentes da União Aduaneira. Tendo passado no teste de admissão, o novo Estado Parceiro (RDC) compartilharia a visão dos fundadores de estabelecer uma comunidade econômica que deverá se transformar em uma federação política em um futuro próximo. De acordo com o então presidente queniano, a RDC satisfaz todas as condições previstas nos artigos 3 e 4 do Tratado da EAC e “para chegar a esse ponto, foi necessária uma liderança forte, um compromisso com os ideais da agenda de integração da EAC e uma compreensão clara dos benefícios compartilhados que advêm do trabalho conjunto”

(Owaka 2022, tradução nossa)⁵. Na mesma linha, o Presidente Museveni, de Uganda, lembrou ao público os três princípios da integração regional, a saber: “prosperidade para as pessoas e suas famílias por meio de mercados maiores; segurança estratégica e fraternidade entre os povos da região” (Owaka 2022, tradução nossa)⁶. O mesmo acadêmico relata que o Presidente Kagame, de Ruanda, que estava ansioso para testemunhar a ampliação da Comunidade, pediu a seus colegas que “começassem a implementar os compromissos que assumiram até agora para permitir que o bloco realizasse seus objetivos” (Owaka 2022, tradução nossa)⁷. Em 11 de julho de 2022, a RDC se tornou o sétimo membro de pleno direito da EAC, mas as notícias sobre o M23 apoiado por Ruanda na RDC continuaram a ganhar manchetes, enquanto os estados parceiros da EAC mantinham silêncio.

Durante várias reuniões de cúpula e viagens diplomáticas ao exterior, o presidente congolês fez o mesmo apelo de ação contra o regime de Paul Kagame, de Ruanda, mas aqui e ali sua retórica parece cair em ouvidos surdos. O último goza de relações especiais com a Grã-Bretanha, a França e a União Europeia, especialmente na área de apoio militar e ajuda ao desenvolvimento. Seja nas cúpulas da União Africana em Adis Abeba ou em organizações regionais semelhantes das quais a RDC é membro (Comunidade Econômica da África Central, Comunidade Econômica dos Países dos Grandes Lagos, Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos, Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral), a implicação da política de “hub-and-spokes” é tal que nenhum país condenou abertamente a presença das tropas ruandesas no leste do Congo. Em vez disso, em uma tentativa de criar soluções africanas para problemas africanos, os líderes regionais estão ocupados convocando a RDC para dialogar com o terrorista M23.

A comunidade internacional aceitou a nomeação do presidente angolano João Lourenço como mediador, e a conversa de Luanda, em 6 de julho de 2022, colocou Tshisekedi e Kagame frente a frente. A conversa produziu um roteiro para a pacificação do leste da RDC que inclui, entre outras coisas: estabelecimento de um clima de confiança entre os Estados da Região dos Grandes Lagos; cessação imediata das hostilidades; retirada imediata das posições ocupadas pelo movimento M23 no território congolês, de acordo

5 No original: “To get to this point, it has taken strong leadership, commitment to the ideals of the EAC integration agenda and a clear understanding of the shared benefits that come with working together” (Owaka 2022).

6 No original: “prosperity for people and their families through bigger markets; strategic security and brotherhood among the people of the region” (Owaka 2022).

7 No original: “to get down to implementing the commitments they have made so far to enable the bloc to realise its objectives” (Owaka 2022).

com o comunicado final de Nairóbi; criação de condições para o retorno dos refugiados e estabelecimento de mecanismos regionais para combater a exploração ilegal de recursos naturais. Na 77th Assembleia Geral da ONU, em 20 de setembro de 2022, o Presidente Tshisekedi buscou mais uma vez a condenação de Ruanda, acusando abertamente Ruanda de arquitetar repetidamente rebeliões no leste da RDC desde 1996 para saquear recursos naturais a um custo mais alto de destruição de populações civis e de seus meios de subsistência. Ele apoiou sua afirmação com relatórios confiáveis de especialistas da ONU e ONGs da região (UN 2022).

Enquanto isso, as negociações de Luanda foram transferidas para Nairóbi em 28 de novembro de 2022. De acordo com Hoinathy (2023, tradução nossa)⁸, “As duas iniciativas têm formatos diferentes, mas complementares. Enquanto Nairóbi se concentra nos grupos armados, Luanda aborda as dimensões políticas da RDC-Ruanda — um lembrete da Estrutura de Paz, Segurança e Cooperação de 2013 para a RDC e a região, que não foi implementada”. Em Bujumbura, sob a presidência rotativa do Sr. Evarist Ndayishimiye, os Estados Parceiros da EAC concordaram em contribuir individualmente com tropas de combate a serem enviadas para a RDC com um mandato ofensivo, juntamente com a MONUSCO e a Brigada de Intervenção de Força (*The United Nations Force Intervention Brigade*) que ela absorveu em 2013. Como observa um analista, “esta é a primeira vez que a EAC está enviando tropas para um estado membro. Será um teste decisivo da capacidade do bloco de lidar com desafios políticos e de segurança complexos” (Sawyer 2022, tradução nossa)⁹. O mandato de seis meses da Força Regional da Comunidade da África Oriental (EACRF) foi prorrogado até setembro de 2023, mas os combatentes do M23 continuam a desafiar a Declaração Solene da UA de “Silenciar as Armas” até o ano de 2020 (UA 2016).

Diante de um impasse militar, os combatentes estrangeiros ainda estão ocupando várias localidades em Kivu do Norte, assassinando brutalmente a população infeliz em seu caminho e sob a vigilância das referidas forças internacionais. Para a RDC afetada pelo conflito, cuja participação em comunidades econômicas regionais é múltipla, a demonstração de inação da EACRF levanta dúvidas sobre a legitimidade de uma comunidade econômica para resolver conflitos, tendo em mente a composição problemática da

8 No original: “The two initiatives have different but complementary formats. While Nairobi focuses on armed groups, Luanda addresses the DRC-Rwanda political dimensions – a reminder of the 2013 Peace, Security and Cooperation Framework for the DRC and the region, which has not been implemented” (Hoinathy 2023).

9 No original: “this is the first time the EAC is sending troops to a member state. It will be a litmus test of the bloc’s ability to handle complex political and security challenges” (Sawyer 2022).

própria força. Isso parece sugerir que a adesão da RDC à EAC é outro falso começo após décadas da Missão de Estabilização da ONU no país. O foco da discussão a seguir é dar sentido à atitude de espectador dos atores externos.

Discussão dos resultados

O exposto acima esclareceu uma série de questões prementes decorrentes da questão de por que a múltipla participação da RDC em comunidades econômicas regionais não aborda adequadamente seu principal desafio de déficit de paz e segurança, especialmente no leste. Concentrando-se na comunidade da África Oriental, o estudo constatou que o processo de tomada de decisão baseado em consenso não só prejudica o progresso da EAC em direção a uma federação política, mas também mantém as portas das comunidades econômicas regionais abertas à engenharia e ao controle externos, à parceria estratégica, à desconfiança regional e à falta de vontade política, entre outros aspectos. Em primeiro lugar, a **interferência e o controle externos** sobre os países pobres sobreviveram à colonização e tornaram a integração regional redundante. A unificação das nações pós-guerra na Europa (uma bandeira, uma moeda, mercado comum e políticas de imigração) não se traduz na unidade da África, embora possa ter inspirado os líderes pós-independência a formar comunidades regionais. Em particular, a criação da União Africana, antiga Organização da Unidade Africana (1963), foi projetada para reunir entidades pós-coloniais e constituir uma frente comum nos processos de negociação com organizações irmãs. Desde então, no entanto, as metrópoles deixaram o cordão umbilical sem cortar. Em outras palavras, os países doadores detêm o controle das organizações regionais na África por meio do financiamento de projetos e dos orçamentos anuais. Como diz o ditado, quem paga o flautista é quem dá o tom. Stapel e Soderbaum (2020) mapeiam o financiamento externo a essas organizações no campo da segurança e da governança, que vem principalmente da UE, dos EUA e da China. Eles argumentam que esse crescente apoio financeiro às organizações regionais reflete interesses geoestratégicos e não deve ser visto como neutro. Como eles destacam em seus parágrafos finais:

um crescente corpo de literatura alude a efeitos potencialmente problemáticos, com a dependência excessiva de doadores resultando em diminuição da eficácia das Organizações Regionais, lacunas de implementação e falha dos Estados membros em cumprir as decisões e metas orçamentárias (Stapel e Soderbaum 2020, tradução nossa)¹⁰.

Há quase três décadas, a presença de tropas estrangeiras no leste da RDC colocou Ruanda e Uganda na posição de intermediários no mercado global. Por trás desses países operam empresas multinacionais interessadas em minerais estratégicos que são encontrados principalmente nas províncias de Kivu (OCHA 2001). Conforme relatado por Carroll (2001, tradução nossa)¹¹, “A corrida por ouro, diamantes, cobalto e cobre por oficiais do exército, funcionários do governo e empresários do Congo e de países africanos vizinhos gerou bilhões de dólares que foram parar nas mãos de empresas de mineração e instituições financeiras”. Portanto, manter a economia de guerra florescente é bom para os fornecedores de matérias-primas e para as corporações multinacionais. Seja em nível local, nacional ou regional, qualquer iniciativa para romper a cadeia de suprimentos está fadada ao fracasso, dada a relação entre centro e raio que une as nações pobres e ricas e, portanto, transforma a cooperação econômica regional em cosméticos.

Em segundo lugar, a manutenção de **parcerias especiais** entre nações poderosas e Estados-membros individuais de organizações regionais (ORs) é um obstáculo para a integração efetiva. Ontem, o presidente de Uganda, Y. Museveni, era o queridinho das capitais ocidentais e patrocinador de muitas rebeliões na região que culminaram em mudanças de regime em Ruanda (1994) e no Zaire (Bayart 2009). Após o genocídio, Paul Kagame, de Ruanda, ganhou a simpatia dos países doadores, que se uniram para financiar 40% do orçamento nacional (CNN 2004). Desde então, o país sem litoral na África Central continua sendo o principal beneficiário da ajuda militar e de desenvolvimento há décadas, sendo o maior doador de ajuda per capita na África Oriental. Embora os Estados Unidos e a União Europeia tenham emitido declarações oficiais para condenar a ignóbil agressão à RDC por um país vizinho, eles não chegaram a formular sanções disciplinares contra Kigali. Em vez disso, o governo Biden continua a honrar sua parceria estratégica

10 No original: “a growing body of literature alludes to potentially problematic effects, with excessive donor dependence resulting in diminished Regional Organisations’ effectiveness, implementation gaps and the failure of member states to comply with decisions and budget targets” (Stapel e Soderbaum 2020).

11 No original: “A scramble for gold, diamonds, cobalt and copper by army officers, government officials and entrepreneurs from Congo and neighbouring African countries had generated billions of dollars which found its way to mining companies and financial institutions” (Carroll 2001).

com Kagame (US 2022). Como muitos críticos afirmam, a consciência pesada cegou às democracias maduras (EUA, França e Grã-Bretanha) para a óbvia queda na ditadura do regime de Kagame, sacrificando assim os direitos humanos e as liberdades no altar do desenvolvimento da infraestrutura.

Recentemente, a UE decidiu reforçar a capacidade militar de Ruanda para manter a paz na região em um montante de 20 milhões de euros, comprometendo assim sua credibilidade na estabilidade da RDC. O mesmo efeito desestabilizador da parceria estratégica na África pode ser encontrado na decisão do então primeiro-ministro britânico, Boris Johnson, em abril de 2022, de repatriar ilegalmente requerentes de asilo mal sucedidos para Ruanda em troca de £120 milhões em financiamento para o regime de Kagame, sem considerar o fato de que essa nação pobre precisa urgentemente de terras para sua população abundante. Como afirma um observador, “Com a França e o Reino Unido intimamente ligados ao regime de Kagame e sem exercer pressão diplomática sobre seu novo aliado, a esperança de paz no leste da RDC continua improvável” (Realfonzo 2022, tradução nossa)¹². O apoio ostensivo dos países doadores a Ruanda não apenas envia uma forte mensagem aos líderes africanos para que se mantenham em silêncio se quiserem continuar recebendo a Ajuda Externa ao Desenvolvimento (ODA), mas também prejudica a credibilidade dos países ocidentais em relação à paz sustentável na região. Em vez de punir os combatentes do M23 e seus patrocinadores, a comunidade internacional, a UA e os líderes regionais pressionam o governo congolês a iniciar um diálogo político com o inimigo, embora esse diálogo tenha testemunhado, no passado recente, a proliferação de grupos armados nas províncias de Kivu e um alto nível de infiltração de combatentes estrangeiros no serviço público, no exército e na polícia.

O terceiro é o clima predominante de **desconfiança regional**. Os três Estados fundadores da EAC (Quênia, Uganda e Tanzânia) eram antigas colônias britânicas e atualmente são nações da Commonwealth. Com a admissão de Ruanda e do Sudão do Sul nesse grupo internacional (EAC), criou-se uma forte linha de falha dentro da Comunidade, que foi posteriormente reforçada pela adesão de Ruanda à Commonwealth na Reunião dos Chefes de Governo da Commonwealth (CHOGM), em novembro de 2009, em Trinidad e Tobago (Dyar 2010). Consequentemente, na EAC, cinco dos sete membros anglófonos compartilham laços comuns com Londres. Com as antigas colônias belgas (Burundi e RDC) fora da Comunidade das Nações, o resultado resultante é que leis não escritas podem ser aplicadas do centro (Westminster)

12 No original: “With France and the UK closely embedded in Kagame’s regime and not applying diplomatic pressure on its new ally, the hope for peace in eastern DRC remains unlikely” (Realfonzo 2022).

às periferias. Se os chefes de Estado e de governo reunidos em torno do então príncipe de Gales entre 20 e 25 de junho de 2022, em Kigali (perto da zona de conflito), ignorarem o conflito violento em andamento na região de Kivu, que continua a causar milhares de mortes na fronteira com Ruanda, é improvável que um único membro da Commonwealth e, em particular, da EAC como um todo, fale abertamente contra a agressão da Força Patriótica Ruandesa (RPF), acusada de cometer atrocidades em Kivu (CHOGM 2022).

O clima predominante de desconfiança entre os líderes políticos da EAC prejudica o surgimento de uma federação política que se baseia em uma cooperação mutuamente benéfica. Por exemplo, em 2000, Uganda e Ruanda demonstraram interesses rivais em relação à pilhagem de recursos naturais em uma guerra de seis dias em Ituri que causou milhares de mortes de civis e a destruição de comunidades locais (Stearns 2011). Em uma guerra de palavras, a posição da Tanzânia de liderar uma Força-Tarefa Conjunta Multinacional na RDC colocou Dodoma contra Kigali, cujas tropas foram acusadas de perpetuar o conflito mineral na região de Kivu já em 2013. Por sua vez, Ruanda acusou Burundi de abrigar os genocidas, enquanto Bujumbura culpou Kigali por arquitetar o golpe fracassado de 2015 (Genet 2013). Alguns analistas observaram um *modus vivendi* arraigado na RLG em que “Ruanda, Uganda e Burundi recorreram ao apoio a grupos armados que operam no leste da RDC como forma de lutar por meio de representantes e rastrear seus respectivos inimigos” (Verweijen e Vogel 2023, tradução nossa)¹³. Recentemente, em uma conferência de imprensa em 17 de abril de 2023 em Cotonou (Benin), o Sr. Kagame tornou conhecida sua ambição expansionista ao declarar que a questão do M23 estava relacionada à reivindicação de herança ruandesa pelo governo congolês. Como ele diz: “As fronteiras traçadas pela colonização dividiram o povo, com uma parte de Ruanda dada ao leste da RDC e a outra ao sul de Uganda” (APA 2023, tradução nossa)¹⁴. Essa é uma maneira africana de encontrar uma solução para um problema africano que tem o potencial de englobar todo o continente em conflitos de fronteira prolongados, mas é “uma doutrina próxima ao coração do presidente de Ruanda, Paul Kagame” (ICG 2023, tradução nossa)¹⁵.

Quarto, a **falta de vontade política** é evidente na maioria das iniciativas africanas. Os atores regionais estão divididos em questões críticas, como

13 No original: “Rwanda, Uganda, and Burundi all have resorted to supporting armed groups operating in Eastern DRC as a means to fight via proxies and track their respective enemies” (Verweijen e Vogel 2023).

14 No original: “The borders drawn by colonisation divided the people, with one part of Rwanda given to the East of the DRC and the other to the South of Uganda” (APA 2023).

15 No original: “a doctrine close to Rwandan President Paul Kagame’s heart” (ICG 2023).

soberania, democracia, boa governança, direitos humanos e liberdade. No que diz respeito à EAC, é improvável que os líderes que chegaram ao poder por meio de golpes militares e prolongaram seus mandatos alterando as constituições aceitem compartilhar a soberania. O Relatório de Especialistas sobre a Federação Política da EAC revela que um dos desafios mais evidentes é a questão da soberania e as noções de perda de identidade nacional, poder político, tomada de decisões e perda de flexibilidade no exercício do poder. Outras questões prementes incluem a amarga experiência do colapso da antiga EAC, que ainda influencia a atitude das pessoas e gera apreensão quanto à integração política, as disparidades na prática da democracia, da boa governança, dos direitos humanos, do constitucionalismo e do Estado de Direito, que geram preocupações sobre como evitar conflitos, iniciar uma reforma política e alcançar a justiça social entre os Estados parceiros, entre outras coisas (Harelimana 2011).

O fato de uma autoridade constituída se abrir para os inimigos da República (terroristas do M23) e eventualmente compartilhar o poder na lógica de “soluções africanas para problemas africanos” equivale à violação da Lei Suprema da RDC. As comunidades regionais são estabelecidas com o objetivo de cooperação econômica em vez de combater guerras interestaduais. A participação de muitas comunidades se sobrepõe e, ao mesmo tempo, expõe os países africanos a conflitos de interesse endêmicos, mas a Carta da ONU de 1945 proíbe explicitamente a transformação de comunidades econômicas em instrumentos de imposição da paz: “Nenhuma ação coercitiva será, no entanto, levada a efeito em conformidade com acordos ou organizações regionais sem autorização do Conselho de Segurança” (Capítulo 8, art. 53). Após a decisão de enviar a EACRF para o leste da RDC, o Quênia foi o primeiro país a enviar uma Força de Defesa (KDF) para Goma em 16 de novembro de 2022. Posteriormente, juntaram-se a ele tropas do Burundi, Uganda e Sudão do Sul. Porém, mais de um ano após sua chegada, os terroristas do M23 e as ADF ainda controlam muitas localidades em Kivu do Norte e Ituri, sob a vigilância da EAC (Russo 2022). É perceptível a atitude indiferente do Comandante da Força em cumprir o que diz o roteiro de paz de Luanda e Nairóbi. Enquanto isso, a realidade no terreno é tal que:

A força da EAC não conseguiu romper o impasse político, embora o principal objetivo de seu destacamento militar tenha sido facilitar soluções políticas. Apesar das repetidas solicitações de Kinshasa, a força se recusou a envolver militarmente o M23 para não antagonizar Ruanda, um membro da EAC (Verweijen e Vogel 2023, tradução nossa)¹⁶.

Obviamente, a EACRF adotou o duplo princípio de neutralidade e imparcialidade que vem orientando a MONUC há décadas e, por trás do véu da inação, está oculto o princípio da promoção dos interesses nacionais que envolve um sacrifício supremo por parte do pessoal militar. Com exceção dos combatentes contratados que estão prontos para morrer em troca de lucro (mercenários), o princípio afirma que não se espera que os soldados caiam no campo de batalha em busca de outros objetivos que não a defesa dos interesses nacionais, seja no país ou no exterior (McFate 2019; Gross 2008). Em termos simples, o sacrifício supremo do pessoal do exército regular não acomoda a intervenção humanitária. Considerando que os combatentes não deporão voluntariamente suas armas e abraçarão a paz a menos que sejam dominados e coagidos, o envio de tropas estrangeiras para zonas de conflito pode ser interpretado como uma estratégia de fachada para dissuadir o inimigo. É por isso que o mandato das forças de intervenção é constantemente renovado e modificado para ocultar erros logísticos.

Vale a pena mencionar que os líderes da SADC reunidos na Cúpula de 19 de maio de 2023 em Windhoek (Namíbia) condenaram a abordagem amigável da EACRF em relação aos combatentes do M23/RPF e concordaram em enviar uma força ofensiva equipada com helicópteros de ataque e artilharia para impor a paz e a segurança dentro da estrutura da Força de Prontidão da SADC em apoio a um Estado membro (RDC). Ainda não se sabe se a decisão da SADC verá a luz do dia e ultrapassará a EACRF em um futuro próximo (Fabricus 2022). No passado, o sucesso da CEDEAO na estabilização da Libéria, Guiné e Serra Leoa pode ser atribuído à criação do Grupo de Monitoramento da CEDEAO (ECOMOG) liderado pela Nigéria, atualmente a Força Permanente da CEDEAO (ESF). Diante do aumento do controle militar na África Ocidental (Mali, Burkina Faso, Guiné Conacri e agora no Níger), a CEDEAO recorreu a sanções econômicas e financeiras. Resta saber se essa comunidade econômica, já fraturada, imporá a democracia

¹⁶ No original: “The EAC force has been unable to break the political impasse, even though the main objective of its military deployment has been to facilitate political solutions. Despite Kinshasa’s repeated requests, the force has refused to militarily engage the M23 in order not to antagonize Rwanda, an EAC member” (Verweijen and Vogel 2023).

em um Estado membro (a República do Níger), já que a reunião de Abuja sugere uma força de intervenção (Olafusi 2023). Como afirma um analista:

Por mais popular que seja a frase “soluções africanas para os problemas africanos”, o fato é que os Estados, as CERs e as organizações sub-regionais e regionais da África não são capazes de realizar operações de apoio à paz sustentadas ou de longo prazo no continente sem o compromisso econômico, logístico e político necessário e a capacidade tecnológica de doadores externos, como os Estados Unidos, a França, o Reino Unido e a União Europeia (Solomon 2015, 69, tradução nossa)¹⁷.

O fracasso das comunidades regionais em impor a paz em zonas de conflito reflete a imposição das nações ricas sobre as pobres. Portanto, é politicamente incorreto que as comunidades econômicas regionais migrem para forças multinacionais quando a vontade política dos estados-membros é escassa. Na ausência de uma força de prontidão, à semelhança da Organização do Tratado do Atlântico Norte, que garanta a segurança dos Estados membros, a manutenção da paz e da segurança continua sendo prerrogativa dos Estados parceiros individuais, em conformidade com a tradição dominante da política de poder (NATO 2018).

Conclusão

A *raison d'être* da integração regional é que os países reúnam seus recursos e enfrentem desafios comuns, como desenvolvimento de infraestrutura, livre circulação de pessoas, mercadorias e serviços facilitados pela União Aduaneira e pelo Mercado Comum, entre outros. Como os frutos que crescem em uma árvore, os muitos benefícios das comunidades econômicas estão enraizados no fornecimento de paz e segurança na região. Este documento analisou o Tratado e o Protocolo da EAC, com o objetivo de compreender a correlação entre a cooperação econômica e a resolução de conflitos. À luz da Teoria da Dependência, argumenta-se que a cooperação internacional não se traduz em um campo de jogo nivelado que seja benéfico para as nações

¹⁷ No original: “No matter how popular the phrase ‘African solutions to African problems’ may be, the fact of the matter is that Africa’s states, RECs, sub-regional and regional organisations are currently not able to conduct any sustained or long-term peace support operations on the continent without the requisite economic, logistical and political commitment and technological capacity of external donors, such as the United States, France, the United Kingdom and the European Union” (Solomon 2015, 69).

pobres romperem as armadilhas da dependência. Em vez disso, a relação dominante de centro e raios que sobreviveu à política colonial de dividir para reinar tem um impacto negativo sobre as iniciativas regionais na África. Consequentemente, o prolongado conflito armado no leste da RDC é relegado a questões internas, embora vários relatórios da ONU tenham apontado Ruanda e Uganda como os principais patrocinadores de grupos armados. O estudo constatou que o processo decisório baseado em consenso prejudica o progresso da EAC em direção a uma federação política. A atitude indiferente das tropas intervencionistas na RDC esconde uma série de coisas: desconfiança bilateral, financiamento e coerção externos, parcerias estratégicas com nações poderosas e políticas externas conflitantes que são percebidas como falta de vontade política, entre outras coisas. O apelo déjà-vu para um diálogo político com os atores armados não estatais (M23) parece ser a única alternativa, mas equivale a uma violação da Lei Suprema do país. Resta saber se a SADC tem a vontade política de ultrapassar a EASTRF no leste do Congo nos próximos meses. Considerando tudo isso, a manutenção da paz e da segurança continua sendo uma iniciativa vinculada ao Estado e depende da capacidade dos exércitos nacionais de defender a integridade territorial de seus respectivos países no mundo de autoajuda da política de poder.

REFERÊNCIAS

- Adedeji, A. 2002. "Defining priorities for regional integration: History and prospects for regional integration in Africa". In *NEPAD: A new Path?*, editado por P. A. Anyang Nyong'o, P.A. Nairobi: Heinrich Boll Foundation.
- APA. 2023. "Kagame hopes for definite solution to DRC crisis". *APA News*, 17 de abril de 2023. <https://apanews.net/kagame-hopes-for-definite-solution-to-drc-crisis/>
- AU. 2016. "African Union Master Roadmap of Practical Steps to Silence the guns in Africa by Year 2020". *African Union*, 4 de fevereiro de 2020. <https://au.int/en/documents/20200204>
- Bates, R. 2008. *When things fell apart: State failure in late-century Africa* [O fracasso do Estado na África do final do século]. Cambridge: Cambridge University Press.
- Bayart, J.F. 2009. *The State in Africa: The Politics of the Belly*, 2ed. Cambridge: Polity Press.
- Bull, H. 2012. *The Anarchical Society: A Study of Order in World Politics*, 4ed. Hampshire: Palgrave Macmillan.

- Carroll, R. 2002. "Multinationals in scramble for Congo's Wealth". *The Guardian*, 22 de outubro, 2002. <https://www.theguardian.com/world/2002/oct/22/congo.rorycarroll>
- CHOGM. 2022. "Communique of the Commonwealth Heads of Government Meeting: Delivering a Common Future: Connecting, Innovating, Transforming". *The Commonwealth, Rwanda* 2022, 25 de junho de 2022. <https://production-new-commonwealth-files,s3.eu-west-2.amazonaws.com>
- CNN. 2004. "West' guilty of Rwanda genocide". *CNN World News*, 06 de abril de 2004. <https://edition.cnn.com/2004/WORLD/africa/04/06/rwanda.dal-laire/index.html>
- Coleman, K. P. 2007. *International Organisations and Peace Enforcement: The Politics of International Legitimacy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Collier, P. 2008. "The Bottom Billion: Why the Poorest countries are Failing and What can be done about it". Oxford: Oxford University Press.
- Dune, T., e Schmidt, B. C. 2011. "Realism". In *The Globalization of World Politics : An introduction to international relations*, Fifth Edition, editado por J. Baylis, & S. & Smith, 86-96. Nova York: Oxford University Press.
- Dyar, D. 2010. "Rwanda Formally Welcome Into Commonwealth". *VOA News*, 7 de março de 2010. <https://www.voanews.com/a/rwanda-formally-welcomed-into-commonwealth-87013602/153618.html>
- EAC. 2006. "Treaty". Assembleia Legislativa da EAC, 2006. <https://www.eala.org>
- _____. 2010. "Addressing East Africans' Fears, Concerns and Challenges and Consolidating its Pillars". *The East African Political Federation*, agosto. <https://federation.eat.int>.
- _____. 2022. "Democratic Republic of Congo". *East African Community*. <https://www.eac.int/eac-history/60-about-eac>.
- Ferraro, V. 2008. "Dependency Theory: An Introduction". In *The Development Economics Reader*, editado por Giorgio Secondi, 58-64. Londres: Routledge.
- Fabricus, P. 2022. "SADC's unease with the East African Force's activities in DRC could see Southern African troops returning to the troubled area". *ISS Today*, 04 de abril de 2022. <https://issafrica.org>
- Figuremariam, S. 2008. "African Solutions to African Problems". *ISS Today*, 18 de setembro de 2008. <https://issafrica.org/iss-today/african-solutions-to-african-problems>
- Garza, C. D. 2006. "International Integration Theories". Diretório de Cursos Online da LCWU, 19 de agosto de 2006. <https://ocd.lcwu.edu.pk/cfiles/International%20Relations/Maj/IR-102-A/THEORIESINIR.pdf>
- Genet, A. 2013. "Tanzania, Rwanda spat threatens to worsen Great Lakes crisis". *Modern Ghana*, 28 de agosto de 2013. <https://www.modernghana.com/news/485448/tanzania-rwanda-spat-threatens-to-worsen-great-lakes-crisis.html>

- Gross, M. I. 2008. "Is there a duty to die for humanitarian intervention, military service and political obligation?" *Public Affairs Quarterly*, 22(3): 213-229.
- Harelimana, A. 2011. "A Paper on The EAST African Political Federation; Addressing Fears, Concerns and Challenges". *The East African Legislative Assembly*, 2 de junho de 2011. <https://www.eala.org/uploads/EALA-Symposium-Harelimana.pdf>
- Hoinathy, R. 2023. "Eastern DRC peace processes miss the mark". *ISS Today*, 8 de fevereiro de 2023. <https://issafrica.org/iss-today/eastern-drc-peace-processes-miss-the-mark>.
- ICG. 2020. "Averting Proxy Wars in the Eastern DR Congo and Great Lakes". *International Crisis Group*, 23 de janeiro de 2020. <https://www.crisisgroup.org/africa/central-africa/democratic-republic-congo/b150-averting-proxy-wars-eastern-dr-congo-and-great-lakes>.
- . 2023. "Rwanda's Growing Role in the Central African Republic". *International Crisis Group*, 7 de julho de 2023. <https://www.crisisgroup.org/africa/central-africa/central-african-republic-rwanda/b191-rwandas-growing-role-central-african-republic>.
- Kaldor, M. 2006. *New & Old Wars*. Califórnia: Stanford University Press.
- McFate, S. 2019. *Mercenaries and War: Understanding Private Armies Today*. Washington DC: National Defense University Press.
- Meredith, M. 2006. *The State of Africa: A History of Fifty years of Independence*. Nova York: The Free Press.
- Mwenda, A. M. 2010. "Personalising Power in Uganda". Em *Democratisation in Africa: Progress and Retreat*, Second Edition, editado por Diamond, L.A., 233-247. Baltimore: John Hopkins.
- Munro, A. 2023. "Dependency theory". *Encyclopedia Britannica*, 24 de setembro de 2023. <https://www.britannica.com/topic/dependency-theory>
- NATO. 2018. "Collective defence - Article 5". *North Atlantic Treaty Organisation*, 12 de junho de 2018. https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_110496.htm
- OCHA. 2001. "Report of the Panel of Experts on the Illegal Exploitation of Natural Resources and Other Forms of Wealth of DR Congo". *Relief Web*, 12 de abril de 2001. <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/No1/323/54/IMG/No132354.pdf>
- Olafusi, E. 2023. "Burkina Faso, Mali absent as ECOWAS defence chiefs meet in Abuja over Niger coup". *The Cable*, 02 de agosto de 2023. <https://www.thecable.ng/burkina-faso-mali-absent-as-ecowas-defence-chiefs-meet-in-abuja-over-niger-coup>
- Owaka, S. P. 2022. "The Democratic Republic of Congo formally joins EAC after signing of the Treaty of Accession to the Community.". *Comunidade da África Oriental*, 08 de abril de 2022. <https://www.eac.int/press-releas>

es/2411-the-democratic-republic-of-the-congo-formally-joins-eac-after-signing-of-the-treaty-of-accession-to-the-community

- Prunier, G. 2009. *Africa's World War: Congo, the Rwandan genocide, and the making of a continental catastrophe*. Nova York: Oxford University Press.
- Realfonzo, U. 2022. "EU Funding of Rwanda military called into question amid DRC violence". *The Brussels Times*, 7 de dezembro de 2022. <https://www.brusselstimes.com/332879/eu-funding-of-rwandan-military-called-into-question-amid-drc-violence>
- Russo, J. 2022. "The East African Community Steps into the Crisis in the DRC. Will it Help?" *The Global Observatory*, 12 de dezembro de 2022. <https://theglobalobservatory.org/2022/12/east-african-community-crisis-drc/>
- Sawyer, K. 2022. "Can the East African Community stabilise eastern DRC?" *ISS Today*, 1 de novembro de 2022. <https://issafrica.org/iss-today/can-the-east-african-community-stabilise-eastern-drc>
- Solomon, H. 2015. "African Solutions to Africa's problems? African Approaches to Peace, Security and Stability". *Scientia Militaria, South African Journal of Military Studies*, 43(1), 45-76.
- Stapel, S. e Soderbaum F. 2020. "Mapping and Problematising external funding to the African Union and the Regional Economic Communities". In *The Finances of Regional Organisations in the Global South: Follow the Money*, editado por Ulf, Engel e Frank Mattheis, 112-125. Abingdon: Routledge.
- Stearns, J. K. 2011. *Dancing in the glory of Monsters: the collapse of the Congo and the Great War of Africa*. Nova York: PublicAffairs.
- Thomas, D. C & Mazrui, Ali A. 1992. "Africa's Post-cold War Demilitarization; Domestic and Global Causes". *Journal of International Affairs*, 46(1), 157-174.
- UN. 1945. "Charter". United Nations Organization, 1945. <https://treaties.un.org>
- _____. 2010. "United Nations Peacekeeping: MONUSCO Fact Sheet." *United Nations*, julho de 2010, <https://peacekeeping.un.org/en/mission/monusco>.
- _____. 2022. "DR Congo President denounces 'aggression' by Rwanda, calls on UN to support African-led mediation". *Africa News*, 21 de setembro de 2022. <https://news.un.org/en/story/2022/09/1127271>.
- UNHCR. 2010. "DRC; Mapping human rights violations 1993-2003". *Office of High Commissioner for Human Rights*, 20 de setembro. https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Countries/CD/DRC_MAPPING_REPORT_FINAL_EN.pdf
- US. 2022. "The United States and Rwanda: Strategic Partners". *The Office of the Spokesperson*, 10 de agosto de 2022. <https://www.state.gov/the-united-states-and-rwanda-strategic-partners/>
- Van de Walle, N. 2020. "Tensions loom over the Great Lakes region". *The Mail & Guardian*, 27 de janeiro de 2020. <https://mg.co.za/article/2020-01-27-tensions-loom-over-the-great-lakes-region>. Verweijen,

Verweijen, J. e Vogel, C. 2023. “Why Congo’s M23 Crisis Lingers on?” *The Global Observatory*, 30 de maio de 2023. <https://reliefweb.int/report/democratic-republic-congo/why-congos-m23-crisis-lingers>

_____. 2022. “Mozambique: Analysis of the context, crisis and needs.”, *Global Humanitarian Overview*, 2022. <https://humanitarianaction.info/article/mozambique-o>.

RESUMO

O fim da Guerra Fria testemunhou o declínio dos conflitos interestaduais, mas também causou a queda de muitos países pobres. Embora muitas comunidades econômicas tenham sido estabelecidas para impulsionar a integração regional e promover a paz no continente africano, os conflitos armados apoiados externamente continuaram a desafiar as iniciativas regionais de paz e segurança. Este estudo documental trata do conflito perene na Região dos Grandes Lagos, que remonta ao genocídio de Ruanda em 1994 e afetou muitos países, especialmente a República Democrática do Congo (RDC). Ele pretende abordar a questão de saber se a adesão da RDC à Comunidade da África Oriental (EAC) melhorará as relações do país com seus vizinhos do leste e apoiará a paz na sub-região ou se será mais um falso começo. Usando a estrutura teórica da cooperação internacional, o artigo adota um método de análise de conteúdo dos documentos disponíveis (Tratado e Protocolos da EAC) para entender a disposição dessa comunidade regional de se transformar em uma força de intervenção. Descobriu-se que o processo de tomada de decisão baseado em consenso e a ausência de mecanismos de aplicação constituem os principais obstáculos para a federação política e refletem a tradicional relação entre as nações ricas e pobres. Como a integração econômica não implica o silenciamento das armas dentro da comunidade, cada Estado membro deve fortalecer seu sistema de defesa contra agressões.

PALAVRAS-CHAVE

Integração. Dependência. Força. Intervenção. África Oriental. M23.

Recebido em 27 de setembro de 2023

Aceito em 7 de dezembro de 2023¹⁸

Traduzido por Vinícius Baldissera

¹⁸ Como citar: Mbombo, Jean-Marie Kasonga. 2023. “Examinando a força regional da Comunidade da África Oriental nos Kivus: outro caso teste das ‘soluções africanas para problemas africanos’”. *Revista Brasileira de Estudos Africanos* 8 (16), 138-160. <https://doi.org/10.22456/2448-3923.135812>.